

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



SISTEMA FORMATIVO NA PSP: O PLANO DE FORMAÇÃO DE TIRO

Autor: Pedro Osório Dias Colaço

Orientador: MANUEL AUGUSTO MAGINA DA SILVA

Lisboa, 18 de fevereiro de 2015



DEDICATÓRIA

À Olga e ao Lucas

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste relatório final só foi possível graças à contribuição, inexcedível, de algumas pessoas que amavelmente forneceram os seus conhecimentos para que este trabalho brotasse.

Desde logo, sublinhar a importante ajuda do meu orientador, Inspetor Nacional, Superintendente Manuel da Silva, pelo esforço, dedicação, empenho e disponibilidade demonstrada em partilhar os seus vastos conhecimentos, assim como a orientação prestada ao longo da realização do trabalho.

Pela valiosa colaboração do Professor Doutor João Mendes, no acompanhamento e apoio que prestou durante a feitura deste relatório.

Por contributos vários que enriqueceram este trabalho são devidos agradecimentos aos elementos que fazem parte do Núcleo de Formação do Comando Metropolitano do Porto.

A todos os meus colegas do CCDP, pela amizade e conhecimentos partilhados, particularmente o “Trio do Norte” pela estima e apreço que nos caracteriza.

RESUMO

A formação na Polícia de Segurança Pública (PSP) é essencial para que os seus profissionais possam, com maior facilidade, cumprir a missão que lhes é confiada. Uma das prioridades da PSP é a formação dos seus elementos na utilização e manuseamento seguro da arma de fogo. O atual Plano de Formação de Tiro (PFT) entrou em vigor a 1 de janeiro de 2010 trazendo consigo uma inovadora metodologia formativa, mais adaptada à realidade policial e com respostas concretas às dificuldades sentidas pelo seu efetivo.

O presente estudo, baseado no método qualitativo e no tratamento de dados feito pela análise de conteúdo, tem como objetivo geral verificar se a aplicação do PFT, no Comando Metropolitano do Porto, contribuiu para a melhoria de resultados obtidos pelos seus elementos. Também pretendemos analisar a variação dos resultados registados nas diversas modalidades de tiro, bem como no teste escrito, na avaliação final e na certificação de tiro.

Foi realizado um estudo incidindo sobre uma amostra de 49 oficiais e chefes do Comando Metropolitano do Porto, que consistiu na recolha de dados das fichas de registo de tiro, com referência ao lapso temporal compreendido entre 1 de janeiro de 2010 e 31 de dezembro de 2013, no sentido de se determinar e estudar a variação dos resultados obtidos.

Como resultado desta investigação verificámos que os valores obtidos nas diferentes modalidades de tiro variaram ao longo do período estudado. Constatámos que, com exceção da modalidade de tiro de reação policial e do teste escrito, todas as restantes modalidades e itens avaliados apresentaram uma regressão nos resultados obtidos entre 2012 e 2013, apesar de não muito significativa.

Palavras-chave: Plano, Formação, Tiro e Certificação

ABSTRACT

The vocational training in the “Polícia de Segurança Pública” (Public Security Police), abbreviated as “PSP”, is essential to an easier accomplishment of the mission their professionals are trusted with. A top priority of PSP is to train their staff to handle and use firearms safely. The present “Plano de Formação de Tiro” (Shooting Training Plan), abbreviated as “PFT”, came into effect on the 1st January 2010 and implemented an innovative formative methodology, which is more adequate to the reality of the police force and supplies concrete answers to the difficulties felt by their members.

The present study, based on the qualitative research method and the treatment of data carried out through the content analysis, has as a general goal to check if the application of the PFT, in the Metropolitan Command of Porto, contributes to the improvement of the results achieved by their members. We also intend to analyse the variation in the results recorded in the different shooting modalities, as well as in the written test, in the final assessment and in the shooting certification.

A study was undertaken which focused on a sample of 49 officers and chiefs of the Metropolitan Command of Porto, consisting on the gathering of data from the shooting registration files, with reference to the period of time between the 1st January 2010 and the 31st December 2013, to determine and study the variation in the achieved results.

As an outcome of this research, we concluded that the values registered in the shooting different modalities changed within the period in study. We realized that, except for the modality of police reaction and the written test, all the assessed modalities and items presented a regression regarding the results obtained between 2012 and 2013, despite not being relevant.

Keywords: Plan, Training, Shooting and Certification

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	I
AGRADECIMENTOS	II
RESUMO	III
ABSTRACT	IV
ÍNDICE DE GRÁFICOS	VII
ÍNDICE DE QUADROS.....	VIII
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	IX
 CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	 1
1.1 INTRODUÇÃO.....	1
1.2 CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO	3
1.3 JUSTIFICAÇÃO DO TEMA.....	4
1.4 QUESTÃO DA INVESTIGAÇÃO.....	5
1.5 OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO	5
1.5.1 OBJETIVO GERAL.....	5
1.5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	6
1.6 HIPÓTESE DO ESTUDO.....	6
1.7 MÉTODO DA INVESTIGAÇÃO	6
1.8 SÍNTESE DOS CAPÍTULOS.....	7
 CAPÍTULO 2 - O PLANO DE FORMAÇÃO DE TIRO.....	 9
2.1 INTRODUÇÃO.....	9
2.2 DESCRIÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO DE TIRO	10
2.2.1 CERTIFICAÇÃO DE TIRO	14
2.3 SÍNTESE.....	16

CAPÍTULO 3 - TRABALHO DE CAMPO E ANÁLISE DE RESULTADOS.....	17
3.1 INTRODUÇÃO.....	17
3.2 OBJETIVOS DO ESTUDO.....	17
3.3 METODOLOGIA	17
3.4 CARATERIZAÇÃO DO UNIVERSO	18
3.5 DIMENSÃO DA AMOSTRA	18
3.6 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	20
3.7 SÍNTESE.....	27
 CAPÍTULO 4 - CONCLUSÕES	 28
4.1 INTRODUÇÃO.....	28
4.2 VERIFICAÇÃO DA HIPÓTESE.....	28
4.3 CONFIRMAÇÃO DOS OBJETIVOS	29
4.4 RESPOSTA À QUESTÃO DA INVESTIGAÇÃO.....	29
4.5 CONCLUSÕES FINAIS	29
4.6 PROPOSTAS/SUGESTÕES	33
4.7 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO	34
4.8 INVESTIGAÇÕES FUTURAS.....	34
 BIBLIOGRAFIA	 36
 APÊNDICES	 38
Apêndice 1: Pedido de autorização para citar o Plano Anual de Tiro, O Plano de Formação de Tiro e a NEP nº. OPSEG/DEPOP/01/05 de 1 de junho de 2004	40
Apêndice 2: Pedido de autorização para consultar as fichas individuais de tiro dos elementos do Comando Metropolitano do Porto, referentes aos anos de 2010 a 2013.	42
Apêndice 3: Ficha com os dados demográficos do elemento policial	44
Apêndice 4: Média das modalidades de tiro	47

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Género.....	20
Gráfico 2: Categorias	20
Gráfico 3: Idades do efetivo.....	21
Gráfico 4: Elementos policiais quanto ao serviço	21
Gráfico 5: Elementos policiais por Divisão/Subunidade	22
Gráfico 6: Variação do tiro de precisão (TP), áreas corporais seleccionadas (ACS), tiro de reação policial (TRP) e avaliação final (AF) dos oficiais.	23
Gráfico 7: Variação do tiro de precisão (TP), áreas corporais seleccionadas (ACS), tiro de reação policial (TRP) e avaliação final (AF) dos chefes.	24
Gráfico 8: Variação da avaliação final (AF)	24
Gráfico 9: Variação da certificação de tiro.....	25
Gráfico 10: Variação do teste escrito	25
Gráfico 11: Variação da média e da moda dos testes escritos.....	26

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Local onde foi realizada a formação	26
Quadro 2: Cursos de Técnicas de Intervenção Policial (CTIP) no COMETPOR ..	27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS: Áreas Corporais Seleccionadas
CCDP: Curso Comando e Direção Policial
CFFTIP: Curso Formação de Formadores em Técnicas de Intervenção Policial
COMETPOR: Comando Metropolitano do Porto
CPP: Código de Processo Penal
CRP: Constituição da República Portuguesa
CTIP: Curso de Técnicas de Intervenção Policial
DF: Departamento de Formação
DN/PSP: Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública
NEP: Norma de Execução Permanente
PAT: Plano Anual de Tiro
PFT: Plano de Formação de Tiro
PSP: Polícia de Segurança Pública
SAA: Sessão de Avaliação e Aperfeiçoamento
SAC: Sessão de Avaliação e Certificação
SACE: Sessão de Avaliação e Certificação Extraordinária
SFA: Sessão de Formação e Avaliação
TIP: Técnicas de Intervenção Policial
TP: Tiro de Precisão
TRP: Tiro de Reação Policial
UEP: Unidade Especial de Polícia

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1.1 INTRODUÇÃO

O sistema formativo na Polícia de Segurança Pública (PSP), mais concretamente o Plano de Formação de Tiro (PFT) é um instrumento fundamental para que os elementos policiais possam, com a regularidade devida, manusear a arma de fogo, proceder à sua desmontagem básica, efetuar sessões de tiro e compreender os aspetos legais e regulamentares do recurso a armas de fogo. A formação ao nível de armas de fogo quer-se o mais rigorosa possível, uma vez que, quando se recorre a elas, especialmente contra pessoas, se coloca em risco a vida e a integridade física das pessoas, incluindo a dos elementos policiais. A formação tem que ser adequada para que, quando os polícias recorram a arma de fogo, o façam de uma forma consciente, proporcional e dentro dos limites impostos pela Lei e pela regulamentação policial.

A formação contínua na PSP revela-se de crucial importância para o cumprimento dos seus objetivos. É “assumida como uma prioridade, à qual é atribuída uma importância substancial no plano estratégico da Organização” (Rodrigues M. , 2000). A atividade policial é de uma vastidão extrema, de grande exigência pessoal e profissional, em que “a qualidade dos serviços prestados (...) pela PSP aos cidadãos depende em grande medida da qualidade da formação ministrada aos seus elementos” (Soares, Pereira, Cruz, Carvalho, & Leal, 1998).

“A formação contínua na PSP articula-se em três vertentes diferentes. Estágios de Atualização, que consistem na realização de cursos nos estabelecimentos de ensino ou nas sedes das unidades, Auto-Formação, única com carácter facultativo, reside na vontade e motivação (...) para aprender e Formação à

Distância.(...) baseado num modelo que alterna as sessões presenciais com o estudo individualizado, apoiando-se nos materiais didácticos” (Rodrigues M. , 2000).

O relatório final do grupo de avaliação do ensino e dos processos de formação no domínio das forças e serviços de segurança refere que “a razão de ser da formação radica, em última instância, na obrigação de promover adaptações conformes à estratégia, finalidades e objectivos do sistema às necessidades e interesses dos serviços e do pessoal” (Leandro, et al., 1997).

A formação profissional baseia-se na “aquisição sistemática de competências, normas, conceitos ou atitudes que origina um desempenho melhorado em contexto profissional” (Cruz, 1998). A formação é “um acto de gestão, que procura reforçar o saber (...), a vontade de agir (...) e o saber-fazer (...)” (Rodrigues M. , 2000).

Como reflexo do importante papel que a formação tem nesta secular instituição, surgiu o PFT. Com efeito, este assunto é regulado pela Norma de Execução Permanente (NEP) N.º. DN/AUORH/DF/02/01 de 14 de dezembro e visa regulamentar e detalhar as circunstâncias relacionadas com o recurso a armas de fogo em ação de formação. O recurso a arma de fogo contra pessoas constitui o último rácio, ou seja, em caso de “absoluta necessidade, como medida extrema, quando outros meios menos perigosos se mostrem ineficazes e desde que proporcionado às circunstâncias” (PSP D. N., 2004). Refira-se que, no que tange a esta temática, a formação está, perfeitamente, alinhada com a regulamentação sobre o uso da força na PSP e com o Decreto-Lei n.º. 457/99 de 5 de novembro, que disciplina o recurso a arma de fogo em ação policial.

Só é permitido recorrer a arma de fogo quando todos os outros meios coercivos¹ que se encontrem disponíveis se mostrarem insuficientes para fazerem cessar uma agressão atual, com capacidade para provocar a morte ou ofensas corporais

¹ Consideram-se meios coercivos, de baixa potencialidade letal, de acordo com a NEP n.º OPSEG/DEPOP/01/05 de 1 de junho de 2004, técnicas de” mãos vazias” de restrição ou impacto, algemas metálicas ou outros dispositivos de algemagem, gases neutralizantes (gases CS ou OC), armas ou dispositivos elétricos imobilizantes ou atordoantes, bastão policial e munições menos letais. Também são considerados armas e meios de baixa potencialidade letal os dispositivos Flash Bang, canhões de água e canídeos.

graves. “Sem dúvida que a formação profissional contínua é (...) um dos pontos-chave (...) para que as armas de fogo sejam utilizadas pelos agentes policiais em condições adequadas, causando o mínimo possível de danos físicos face às circunstâncias” (Diaz, 2003). Toda a formação ministrada pela PSP baseia-se no imperativo legal de minimizar o risco de produção de lesões graves ou a morte e usar apenas a força razoável para fazer cessar ameaças atuais e ilícitas. O grande objetivo de toda a formação ministrada pela PSP, no âmbito do tiro decorre da necessidade legal de minimizar o risco e usar apenas a força razoável. Uma “sólida formação policial de um agente e o ensino prático no que diz respeito a exercícios de tiro deverá contribuir para que adquira controlo e segurança no uso de armas de modo a conseguir que os resultados sejam os esperados e não outros lamentáveis” (Fernandez, 2003).

1.2 CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO

Este relatório final surge no âmbito do 1º Curso de Comando e Direção Policial (CCDP).

A formação em geral é uma pedra basilar na estratégia da PSP. Porém, a formação no âmbito do tiro e de acordo com o que vem estabelecido na NEP n.º DN/AUORH/DF/02/01, tem como objetivos específicos:

- “Capacitar os elementos policiais para identificar os componentes principais e sistemas de funcionamento do armamento utilizado no cumprimento das missões de serviço”;
- “Preparar os elementos policiais para operar, manusear e manter o armamento em uso na PSP, com a observância das normas e procedimentos de segurança”;
- “Capacitar os elementos policiais a responder adequadamente aos diversos graus de ameaça com que se podem deparar durante o exercício das suas funções”;
- “Garantir que os elementos da PSP que têm armas de fogo distribuídas reúnem as condições para tal”.

O recurso a arma de fogo contra pessoas é uma temática sempre atual. De acordo com a NEP Nº OPSEG/DEPOP/01/05 de 1 de junho de 2004, o recurso a arma de fogo contra pessoas enquadra-se num meio coercivo de elevada potencialidade letal. A arma apenas deverá ser empregue como medida extrema, quando outros meios se mostrem ineficazes (princípio da necessidade), ou seja, depois de terem sido utilizados todos os outros meios coercivos imediatamente disponíveis, (técnicas de mãos vazias, algemas, gás neutralizante, armas elétricas, bastão policial e munições menos letais). A formação revela-se um pilar fundamental para que os elementos policiais, através do “conhecimento das normas sobre o uso das armas de fogo e as condições que devem ser observadas para o seu uso correto (...) farão com que, não só façam um melhor uso da sua arma como também obtenham maior segurança jurídica na sua atuação e, acima de tudo, evitem acidentes lamentáveis” (Fernandez, 2003). Neste sentido verificamos que a PSP tem feito um esforço assinalável para que o seu efetivo possa, com a regularidade possível, efetuar o tiro policial.

1.3 JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

A PSP é uma força de segurança, “uniformizada e armada” (República, 2007). Como força armada que é, o “Estado e concretamente a PSP têm por obrigação proporcionar as condições para que os seus elementos adquiram as competências mínimas no recurso a armas de fogo” (Pública, 2009). Para além dos diplomas base, como por exemplo, a Constituição da República Portuguesa (CRP) e Código Processual Penal (CPP), houve necessidade de ir mais longe, nomeadamente, com a publicação do Decreto-Lei n.º 457/99 de 5 de Novembro, que regula o recurso a arma de fogo em ação policial e, mais recentemente, a Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública (DN/PSP) aprovou uma NEP criando normas sobre o uso de meios coercivos. Porém, refira-se que esta matéria já havia sido vertida no Decreto-Lei n.º 364/83, de 28 de Setembro. O mesmo diploma deu cumprimento ao disposto no n.º 4 do artigo 1º do Decreto-Lei n.º 207-A/75, de 17 de Abril, ao regular o uso de armas de fogo pelo pessoal da PSP. Mais tarde, no 7.º Congresso da Organização das Nações Unidas, a 29 de Novembro de 1985, foi aprovada a Resolução 40/32 – Prevenção do Crime e o

tratamento dos Delinquentes, onde foram delineados os princípios básicos sobre a utilização da força e de armas de fogo pelos funcionários responsáveis pela aplicação da Lei. Com base neste diploma o Governo Português produziu o Decreto-Lei n.º 457/99 de 5 de Novembro. Este diploma legal instituiu um regime uniforme e sistemático, regulador do uso de armas de fogo na ação policial, por parte de todas as entidades definidas no CPP como órgãos de polícia criminal. Para além destes diplomas, em 2009 a PSP criou o PFT, substituindo o Plano Anual de Tiro (PAT), que vigorava desde 1988. Este novo plano veio revolucionar por completo a formação de tiro que era ministrada na instituição. No capítulo 2 aprofundaremos esta temática, evidenciando o que, em nosso entender, se constituem como mais-valias, em relação ao plano anterior. Neste capítulo verificamos que “o manuseamento e recurso a arma de fogo por elementos policiais é uma matéria sensível e com potencial para proporcionar graves consequências pessoais para o próprio e para terceiros” (Pública, 2009).

1.4 QUESTÃO DA INVESTIGAÇÃO

Após a demarcação do tema, do contexto da investigação e do seu enquadramento/justificação, definiremos a questão da investigação. Quando é definida a pergunta de partida estamos, claramente, a traçar o caminho que deve ser percorrido.

Através deste estudo pretendemos obter resposta à seguinte questão:

Qual a variação dos resultados obtidos pelos polícias no âmbito do Plano de Formação de Tiro da PSP, desde a sua entrada em vigor?

1.5 OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO

1.5.1 OBJETIVO GERAL

“Após a definição do problema de investigação, que se traduz numa ou mais questões de investigação, descrevem-se os objetivos da investigação” (Sarmiento, 2013). Pretendemos fazer um trabalho de investigação, cujo objetivo geral é:

Verificar se a aplicação do Plano de Formação de Tiro, no Comando Metropolitano do Porto, contribuiu para a melhoria dos resultados obtidos pelo seu efetivo.

1.5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Como objetivos específicos foram delineados os seguintes:

- 1) Verificar a variação dos resultados do tiro de precisão.
- 2) Verificar a variação dos resultados do tiro para áreas corporais selecionadas.
- 3) Verificar a variação dos resultados do tiro de reação policial.
- 4) Verificar a variação do teste escrito.
- 5) Verificar a variação da avaliação final
- 6) Verificar a variação da certificação de tiro.

1.6 HIPÓTESE DO ESTUDO

“Após o estudo aprofundado sobre o tema em investigação são formuladas as hipóteses. Estas são proposições conjecturais que constituem respostas possíveis às questões de investigação” (Sarmento, 2013). Assim, por forma a dar resposta à questão enunciada emerge uma hipótese prática:

HP1. O Plano de Formação de Tiro é eficaz?

1.7 MÉTODO DA INVESTIGAÇÃO

“Com base na hipótese construiu-se a metodologia da investigação, onde se estabelecem as variáveis a observar, as fontes de dados a pesquisar e, por último, a forma de recolher, registar e analisar os dados” (Sarmento, 2013). Analisaremos a variação dos resultados das sessões de avaliação e certificação (SAC), do PFT, no Comando Metropolitano do Porto (COMETPOR), com referência ao lapso temporal compreendido entre 01 de janeiro de 2010 e 31 de dezembro de 2013, relativamente aos oficiais e chefes. Os dados serão primeiramente anotados numa ficha de recolha de dados, especificamente concebida para o efeito (Ficha para recolha de dados – Apêndice 3). Examinaremos os dados finais do tiro de precisão, do tiro para áreas corporais

selecionadas, do tiro de reação policial e do teste escrito, bem como da avaliação final. Será constituída uma amostra representativa dos polícias das carreiras definidas do respetivo comando. Optámos por direccionar o estudo para o pessoal destas duas carreiras, oficiais e chefes, tendo em conta a dificuldade existente para a recolha de dados e a falta de uma base de dados que permitisse congrega-los de uma forma fácil e suficientemente rápida, atendendo ao lapso temporal limitado que dispúnhamos para a realização do trabalho.

Neste desígnio, atendendo à amostra definida, será aplicado o método qualitativo analisando os dados vertidos nas fichas individuais de tiro, arquivadas no Núcleo de Formação do COMETPOR, bem como tratamento de dados feito pela análise de conteúdo. De acordo com Sousa e Baptista (2011), o método qualitativo permite uma maior qualidade na recolha de dados e permite que o investigador desenvolva conceitos e chegue à compreensão de fenómenos a partir de padrões que resultam da recolha de dados.

Para o efeito foi solicitada autorização de consulta, dirigida ao Exmo. Diretor Nacional da PSP (Apêndice 1).

1.8 SÍNTESE DOS CAPÍTULOS

No que concerne à articulação deste Relatório de Investigação Final, o mesmo é composto por quatro capítulos.

No Capítulo 1, apresentamos o enquadramento teórico do trabalho. Depois de uma nota introdutória será relatado o contexto da investigação, a justificação do tema e definida a questão da investigação. Continuamente serão apresentados os objetivos (geral e específicos) e a hipótese que se pretende confirmar. Finalmente será abordado o método de investigação utilizado.

No Capítulo 2, depois de uma breve introdução, far-se-á uma descrição do PFT, onde evidenciaremos os seus pontos fortes, bem como as inovações que esta NEP introduziu.

No Capítulo 3 será feita a recolha dos dados das fichas de registo de tiro, o tratamento da informação, o seu estudo e a ilustração do universo e da amostra definida.

Por último, no Capítulo 4, daremos resposta à questão da investigação, procederemos à verificação da hipótese, à prossecução dos objetivos, bem como apontaremos as conclusões, propostas e as limitações sentidas durante a investigação.

CAPÍTULO 2

O PLANO DE FORMAÇÃO DE TIRO

2.1 INTRODUÇÃO

Na PSP o tiro com armas de fogo sempre foi uma das grandes prioridades no âmbito da formação interna. É considerado uma trave mestra no exercício pleno das funções operacionais dos seus profissionais. Os polícias portam a arma de fogo, sendo esta uma ferramenta potencialmente perigosa que, quando utilizada de forma incorreta, pode ofender gravemente a integridade física do próprio ou de terceiros e, no limite, provocar a morte. O uso correto da força pública e em especial o recurso a arma de fogo é uma preocupação constante para a PSP.

Desde sempre foi uma área muito sensível que requer uma formação disciplinada e rigorosa. O atual PFT substituiu um outro plano que estava em vigor, já há algum tempo, o denominado PAT. Este ainda refletia uma componente militar muito enraizada e portanto desajustada à realidade atual. Contemplava sessões de tiro diferentes, a distâncias e em posições de tiro diferentes, com a espingarda automática G3 (PSP C. G., 1988), com alvos distintos, entre outras diferenças. Porém, a formação policial está em renovação constante, o que implica um esforço contínuo de adaptação e que resultou na constatação de que o antigo PAT se encontrava desadaptado e descontextualizado relativamente à realidade. Tendo em conta esta assunção, houve necessidade de alterar a formação de tiro policial. Em finais de 2009, mais concretamente a 14 de dezembro, foi aprovada uma NEP com o título de Plano de Formação de Tiro. A partir de 2010, o PFT tornou-se numa realidade diferente, por ser mais moderno, com uma nova filosofia, dando resposta a questões muito concretas e palpáveis do quotidiano de um polícia.

No presente capítulo faremos uma descrição exhaustiva do PFT.

2.2 DESCRIÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO DE TIRO

O PFT vem escalpelizado na NEP N.º DN/AUORH/DF/02/01 de 14 de dezembro de 2009.

Tendo em conta a sua extensão começamos por dizer que, quanto ao âmbito, aplica-se a todo o pessoal da PSP com funções policiais que tenha armas de fogo distribuídas pela instituição.

Seguidamente exporemos alguns dos princípios mencionados no ponto 3 da NEP, que consideramos mais importantes:

- a. “A formação de tiro com armas de fogo é de carácter obrigatório”;
- b. O PFT é anual e a certificação é bienal;
- c. “Com a excepção da Unidade Especial de Polícia (UEP), apenas podem ministrar formação de tiro os elementos policiais devidamente habilitados e certificados para o efeito, pelo Departamento de Formação (DF)”;
- d. “A certificação dos formadores de tiro é válida para o período de três anos, sendo renovada aquando da frequência de estágios de actualização ministrados pela UEP”.

Relativamente aos conteúdos formativos, dizer que a formação de tiro abrange componentes teóricas e práticas, a saber:

- a) “Aspectos legais e regulamentares do recurso a armas de fogo”;
- b) “Manuseamento seguro da arma de fogo e sua desmontagem básica”;
- c) “Sessões de tiro”.

Estas três vertentes são o âmago do referido plano. Porém, quando falamos de aspetos legais e regulamentares do recurso a arma de fogo, são abordados diplomas de grande relevância: o Decreto-Lei nº. 457/99 de 5 de novembro (uso de arma de fogo em ação policial) e a NEP Nº. OPSEG/DEPOP/01/05 de 1 de junho de 2004 (limites ao uso de meios coercivos), nomeadamente o capítulo 3. São duas ferramentas de capital importância para os polícias que portam arma de fogo.

No que concerne ao manuseamento seguro da arma de fogo, o elemento policial é sujeito a um exercício básico de desmontagem/montagem segura da arma. No que diz respeito a esta matéria, salientamos a importância dada à manutenção de níveis de segurança elevados, destinados a prevenir a ocorrência de acidentes,

de acordo com o estabelecido no Anexo 6, n.º1 a) do PFT. O teste tem uma classificação expressa em superado ou não superado.

As razões que levam à não superação são estabelecidas no ponto 3, c) do anexo supracitado e versam sobre regras básicas de segurança que o elemento policial, na qualidade de formando, é obrigado a respeitar. Passamos a enunciar as causas da não superação:

- “Em qualquer momento do teste o testado apontar a arma para o testador ou qualquer outra pessoa presente no local de realização do teste”;
- “Em qualquer momento do teste o testado introduzir qualquer dedo dentro do guarda-mato ou encosta-lo ao gatilho, excepto aquando da execução de disparo de segurança, determinado pelo formador”;
- “O testado não conseguir fixar a corredeira na posição mais recuada, de forma que fique visível a câmara de explosão”;
- “O testado não conseguir libertar a corredeira, permitindo que a arma passe para a posição de fechada”;
- “O testado efetuar disparo de segurança para uma área não segura”;
- “O testado não conseguir efetuar a desmontagem da arma ao nível do utilizador”;
- “A arma encontrar-se manifestamente suja, fora das condições mínimas de manutenção ou alterada”;
- “O testado não conseguir efetuar a montagem da arma”.

Estas regras visam garantir a segurança de todos os intervenientes no processo, bem como demonstrar ao testado a importância de lidar com a arma de fogo de uma forma disciplinada e rigorosa, inculcando uma maior sensibilidade e responsabilidade no manuseio da mesma.

Finalmente, no que tange às sessões de tiro, o PFT integra as seguintes:

1. “A sessão de formação e avaliação (SFA), que se realiza no primeiro ano do ciclo bienal, abrangendo todo o pessoal policial que tenha arma de fogo distribuída”;
2. “A sessão de avaliação e aperfeiçoamento (SAA), que se realiza até 90 dias após a SFA e se destina apenas ao pessoal policial que não tenha obtido aproveitamento na mesma”;

3. “A sessão de avaliação e certificação (SAC), que se realiza no segundo ano do ciclo bienal, abrangendo todo o pessoal policial que tenha arma de fogo distribuída”;
4. “A sessão de avaliação e certificação extraordinária (SACE), que se realiza até 30 dias úteis após a SAC e destina-se apenas ao pessoal policial que não tenha obtido aproveitamento na mesma”.

As sessões de tiro a realizar abrangem várias modalidades, sendo umas de carácter avaliativo e outras de carácter formativo, a saber:

- Tiro de precisão com pistola, de carácter avaliativo. Refira-se que, neste tipo de tiro, cada formando efetua um total de dez disparos, divididos em duas séries, em que na primeira é à distância de cinco metros e a segunda à distância de sete metros. O objetivo primordial é o de consolidação dos procedimentos básicos inerentes à execução dos disparos, sem limites de tempo. É no tiro de precisão que se trabalham os fundamentos técnicos do tiro e onde se melhoram todos os fatores para executar um bom disparo (posição, empunhamento, alinhamento das miras, arrasto do gatilho e controlo da respiração).
- Tiro para áreas corporais selecionadas com pistola, com progressão e cobertura, com carácter avaliativo. Nesta modalidade cada formando realiza oito disparos, divididos em duas séries, à distância de cinco metros. Aqui pretende-se que o formando pratique o disparo para uma zona corporal de menor perigosidade letal, com troca de carregador, minimizando, desta forma, as possíveis lesões ou danos. Neste tipo de tiro trabalhamos a postura, o saque da arma e o disparo para os membros da figura/alvo. Esta modalidade prepara o formando para a transição para o tiro de reação policial e serve para mecanizar os seus procedimentos. A condição da arma é a mesma que é imposta aos polícias quando desempenham o seu serviço, ou seja, a arma é portada no coldre, municada, mas descarregada, cabendo ao formando a iniciativa de carregar a arma, após a ordem de execução.
- Tiro de reação policial com pistola, de carácter avaliativo. No que diz respeito a esta modalidade, cada formando efetua oito disparos, dissociados em duas séries consecutivas, à distância de cinco metros.

Relativamente a esta vertente de tiro, pretende-se que o formando avalie a ameaça e recorra à arma de fogo, com mudança de carregador, de acordo com a legislação e regulamentação em vigor. Neste tipo de tiro o atirador está a ser preparado para a ação policial, de acordo com a regulamentação em vigor, o DL n.º 457/99 de 5 de novembro (uso de arma de fogo em ação policial) e o capítulo 3 da NEP n.º OPSEG/DEPOP/01/05 de 1 de junho, (meios coercivos de elevada potencialidade letal). É o culminar de toda a formação de tiro e procura reproduzir potenciais ameaças que os polícias enfrentam na sua atividade profissional. O formando porta a arma de fogo, municiada e, tendo em conta a ameaça com que se depara, terá que reagir de acordo com o que está estipulado legal e regulamentarmente. Este tipo de tiro pretende aproximar o elemento policial à realidade vivida no terreno.

- Tiro com espingarda de calibre 12, comumente denominada por *shotgun*, de carácter formativo. Cada formando executa uma série de dois disparos a dez metros do alvo. Esta modalidade tem como objetivo praticar o manuseamento e tiro com este tipo de armas e consolidar nos formandos as regras específicas aplicáveis à sua utilização. Este tipo de tiro serve para que os formandos cimentem os conhecimentos relativamente à segurança e às capacidades da arma. Esta arma é municiada com munições de bagos de borracha e é definido como um meio coercivo de baixa potencialidade letal, quando devidamente usada.
- Tiro de precisão com pistola-metralhadora, de carácter formativo. Este tipo de tiro ocorre apenas nos comandos em que tenham estas armas em uso e abrange somente os polícias que habitualmente as usam no desempenho das suas funções. Cada formando executa duas séries de cinco disparos, a 15 metros do alvo de precisão. O objetivo é o de praticar o manuseamento e tiro com este tipo de armas e consolidar nos formandos as regras específicas aplicáveis à sua utilização.

É importante frisar que um dos novos procedimentos estipulado pelo PFT é a obrigação dos formandos executarem previamente no mínimo duas repetições a seco, para todos os exercícios distintos que integram as sessões de tiro, na linha de tiro, com a arma desmuniada e descarregada, com o intuito de se familiarizarem com os diversos gestos técnicos e permitir as devidas correções,

antes de se iniciarem as sessões de tiro efetivas. Para que seja executado um bom disparo é necessário ter em conta alguns fatores, nomeadamente: atitude, posição, empunhamento, alinhamento das miras, controlo ou arrasto do gatilho e respiração adequada. O tiro em seco (disparar sem munição) visa que os formandos se habituem a estes procedimentos e ponham em prática as condutas corretas para que consigam fazer bom tiro. Para além disso serve para que sejam corrigidos potenciais erros que estejam a ser praticados, com o objetivo de melhorar os resultados na avaliação de tiro. Existem muitos atiradores que querem ver imediatamente nos alvos o resultado dos seus tiros e baixam as suas armas logo após o disparo. Porém, um atirador experiente, depois de fazer o disparo, continuará a visar o alvo durante alguns instantes, com a arma empunhada. Durante este período terá a capacidade de fazer o *follow-through*, ou seja, “seguir” o disparo executado, fixando a sua concentração no ponto de mira e impedindo que a mesma se dissipe prematuramente, garantindo assim o ponto de impacto pretendido. Em nosso entender o tiro a seco é a melhor ferramenta para treinar o manuseamento e disparo da arma, da forma mais simples, assídua e barata. A principal finalidade deste tiro é fazer com que o formando adquira destreza, habilidade e confiança na utilização da sua arma, permitindo mecanizar gestos técnicos. “O segredo neste método de treino está em realizar uma grande quantidade de repetições corretas de um mesmo tipo de movimento (ação/reação), estabelecendo-se a memória muscular” (Melo, 2010). Este novo procedimento revela-se bastante importante para que os formandos possam obter melhores resultados.

2.2.1 CERTIFICAÇÃO DE TIRO

Como já foi referido anteriormente, a certificação de tiro é obrigatória para todo o pessoal policial que tenha armas de fogo distribuídas, ocorrendo no segundo ano do ciclo bienal, no âmbito da SAC e da SACE. A certificação de tiro compreende as três provas:

- 1) “Um teste escrito sobre aspetos legais e regulamentares do recurso a armas de fogo”;

- 2) “Um teste prático sobre o manuseamento seguro de armas de fogo e sua desmontagem básica”;
- 3) “A sessão de tiro, organizada em três modalidades de tiro do PFT, em carreira de tiro”.

Relativamente ao teste escrito, registamos com agrado a criação da plataforma do PFT, onde é feito o teste em ambiente digital, gerado no momento, diferente de todos os outros, recorrendo a um conjunto de perguntas comuns. Assim evitam-se os plágios, reduzem-se os gastos e aumenta-se a transparência, pois no final o formando visualiza imediatamente a nota obtida.

A nota final de certificação de tiro resulta da média aritmética ponderada das classificações obtidas nos diversos aspetos avaliados, de acordo com os seguintes coeficientes definidos (teste escrito coeficiente um e sessão de tiro coeficiente três). No que diz respeito ao teste prático sobre o manuseamento seguro de armas de fogo e sua desmontagem básica, o mesmo tem uma classificação expressa em superado ou não superado.

Dando continuidade à exposição da certificação de tiro e elencando os pontos que consideramos mais importantes, salientamos o facto de que os elementos que não executem a certificação de tiro ou não obtenham resultados positivos em qualquer uma das provas mencionadas (teste escrito sobre aspetos legais e regulamentares do recurso a arma de fogo, teste prático sobre o manuseamento seguro de armas de fogo e sua desmontagem básica e as sessões de tiro) são considerados não certificados para portarem armas de fogo, devendo proceder à sua entrega na respetiva unidade policial.

Este é, na nossa opinião, o ponto mais importante, a mais-valia deste PFT, pois a não certificação implica a retirada da arma e consequente impossibilidade de execução de serviço operacional, integrar a escala de serviços remunerados, concorrer à UEP, diminuindo, de forma substancial, a remuneração mensal. Este procedimento, que traz consequências bastante negativas, práticas e visíveis, obriga o efetivo policial a um maior esforço e empenho sempre que se desloca à formação.

2.3 SÍNTESE

O PFT veio inovar, modernizar e adequar a formação de tiro à realidade policial. Em nosso entender este plano está perfeitamente alinhado com a regulamentação sobre o uso da força na PSP, NEP nº. OPSEG/DEPOP/01/05 de 1 de junho de 2004 que versa sobre os limites ao uso de meios coercivos, bem como o Decreto-Lei nº. 457/99 de 5 de novembro que diz respeito ao recurso a arma de fogo em ação policial.

O PFT impõe que quando seja distribuída a um elemento policial uma arma de fogo para a qual o mesmo não tenha sido certificado, este seja, previamente, submetido a uma formação prática, a qual envolverá a identificação de componentes, funcionamento de sistemas de segurança, montagem e desmontagem, resolução de avarias e conservação da mesma, sem a qual o elemento policial não poderá portar a arma.

Pelo facto de terem sido formados formadores em técnicas de intervenção policial (TIP), incluindo o autor, onde são ministradas as sessões de tiro que agora estão vertidas no PFT, imbuídos de um espírito muito próprio de formação, de padronização e uniformidade, faz com que esta formação tenha todos os condimentos para vir a ter sucesso. A UEP teve um papel essencial na elaboração do Curso de Formação de Formadores em Técnicas de Intervenção Policial (CFFTIP). A formação dos elementos policiais no uso adequado da força e dos meios coercivos constitui uma necessidade prioritária. Através deste curso a PSP dotou formadores com capacidade e conhecimentos para ministrarem formação em técnicas de intervenção policial, de forma padronizada. Em nosso entender, a grande mais-valia deste curso é o facto de, em todos os módulos, a arma de fogo ser utilizada com bastante frequência, o que permite repetir procedimentos e familiarizar os formandos com a arma.

CAPÍTULO 3

TRABALHO DE CAMPO E ANÁLISE DE RESULTADOS

3.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresentaremos os objetivos do estudo, a metodologia adotada, o universo e a amostra definida, bem como a análise de resultados que estão patentes nos respetivos gráficos e quadros apresentados. A formação na PSP, em particular o PFT, é assumida como uma prioridade, à qual é atribuída uma importância substancial no plano estratégico desta organização, pois constitui uma ferramenta de elevada importância para o sucesso da missão da instituição. Assim, neste capítulo pretendemos fazer uma análise dos resultados obtidos, salientando os pontos mais significativos.

3.2 OBJETIVOS DO ESTUDO

O nosso estudo tem como objetivo geral analisar a variação dos resultados obtidos pelos oficiais e chefes do COMETPOR, depois da entrada em vigor do atual PFT. Também é nossa intenção analisar a variação dos resultados obtidos pelos formandos nas modalidades de tiro praticadas no PFT: tiro de precisão, tiro para áreas corporais selecionadas, tiro de reação policial e teste escrito. O novo PFT entrou em vigor em 1 de janeiro de 2010 e, tendo em conta a inovadora metodologia formativa, mais adaptada à realidade policial, é relevante verificar qual foi a variação dos resultados finais obtidos pelos formandos.

3.3 METODOLOGIA

A metodologia seguida para a parte prática constitui num estudo dos resultados obtidos pelos oficiais e chefes do COMETPOR, utilizando o método qualitativo,

através da análise das fichas de registo de resultados, com referência ao lapso temporal compreendido entre 1 de janeiro de 2010 e 31 de dezembro de 2013, bem como no tratamento de dados feito pela análise de conteúdo.

Foi elaborada uma ficha de recolha de dados (apêndice 3), onde foram elencadas as variáveis que são consideradas fundamentais para a prestação dos formandos. Foram recolhidos os dados demográficos do elemento policial, nomeadamente: género, idade, categoria, serviço, divisão/subunidade, arma utilizada, carreira de tiro, bem como os dados relativos ao tiro de precisão, tiro para áreas corporais seleccionadas, tiro de reação policial, avaliação final, teste escrito e a certificação de tiro.

3.4 CARATERIZAÇÃO DO UNIVERSO

O universo é a denominação que se dá ao “conjunto de indivíduos (pessoas, objetos, empresas, equipamentos, entre outros) com uma ou mais características comuns, que se pretende analisar ou inferir” (Sarmiento, 2013). O investigador, fazendo a recolha de dados, através de uma determinada ficha, pretende obter conclusões a partir da informação colhida. A População ou Universo é o nome que se dá “ao conjunto total dos casos sobre os quais se pretende retirar conclusões” (Hill, 2012).

Neste trabalho de investigação temos como universo os oficiais e chefes do COMETPOR, que totalizam 484 elementos policiais, a partir do qual será calculada a amostra para a realização deste estudo.

3.5 DIMENSÃO DA AMOSTRA

O investigador, na maioria das vezes, “não tem tempo nem recursos suficientes para recolher e analisar dados para cada um dos casos do Universo, pelo que, nesta situação, só é possível considerar uma parte dos casos que constituem o Universo. Esta parte designa-se por amostra do Universo” (Hill, 2012). Desta forma, o que se pretende é “analisar os dados da amostra, tirar conclusões e extrapolar as conclusões para o Universo” (Hill, 2012).

“Define-se amostra como sendo um conjunto de elementos retirados da população, que é representativo e significativo desta população” (Sarmiento, 2013). Assim, para calcular o “tamanho da amostra aleatória simples (n), para uma população finita (N), quando se pretende estimar uma proporção da população (p), com um nível de confiança (λ) e um grau de precisão (D)” (Sarmiento, 2013) utilizamos a seguinte fórmula:

$$n = \frac{p \times (1 - p)}{\frac{D^2}{(Z_{\alpha/2})^2} + \frac{p \times (1 - p)}{N}}$$

A amostra foi calculada com base no efetivo do COMETPOR, entre oficiais e chefes sendo N=484. Porém, “quando não se conhece a proporção (p) opta-se pela hipótese mais pessimista, isto é, 0,5” (Sarmiento, 2013). Pretende-se, desta forma, que o nível de confiança seja $\lambda=0,95\%$ e o nível de precisão D=5%. Para este nível de confiança a distribuição normal apresenta o valor $Z_{\alpha/2}=1,96$.

Posto isto, o número da nossa amostra foi de 49 elementos. Com base nestes dados aplicou-se a regra três simples para obter os valores reais dos oficiais e dos chefes, respetivamente, 12 e 37.

Com vista à definição da recolha de dados do primeiro elemento utilizamos o mecanismo de sorteio. Num saco opaco foram colocados papéis contendo os números de todos os possíveis oficiais do comando, retirando-se de seguida, de forma aleatória, o número daquele que viria a ser o primeiro para o estudo. Seguidamente houve necessidade de se obter o intervalo correto para que fossem encontrados os restantes 11 oficiais. Para encontrarmos o intervalo correto dividimos o (N) dos oficiais (118) pelo número 12 que tinha sido obtido através da regra três simples. O intervalo obtido foi o de 10. Este procedimento também foi utilizado para os chefes, observando-se o mesmo intervalo.

3.6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Procederemos agora à análise dos valores dos vários gráficos/quadros, resultantes das variáveis estabelecidas no apêndice 3, que diz respeito aos dados demográficos do elemento policial.

Como podemos verificar no gráfico 1, a amostra incide, fundamentalmente, sobre o género masculino, registando 90% do valor global.

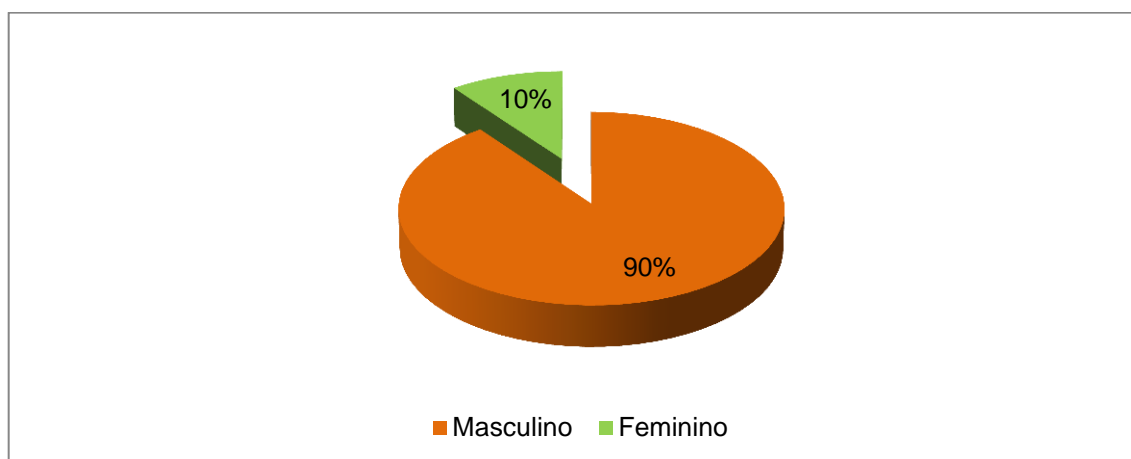


Gráfico 1: Género

No gráfico 2 verificamos que 76% dos dados recolhidos dizem respeito aos chefes e 24% aos oficiais.

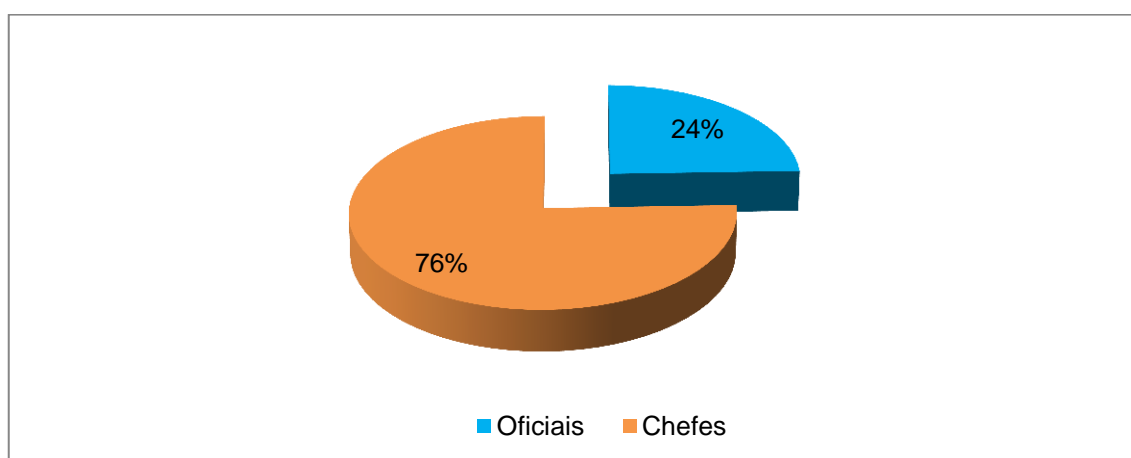


Gráfico 2: Categorias

Através da análise do gráfico 3 podemos dizer que há uma grande diversidade de idades no nosso estudo. O elemento mais novo tem 31 anos de idade e o mais idoso tem 56. A idade mais representativa é a dos 39 anos. Embora não seja perceptível, a média de idades dos oficiais é de 43,5 anos, inferior à dos chefes que é de 46,16.

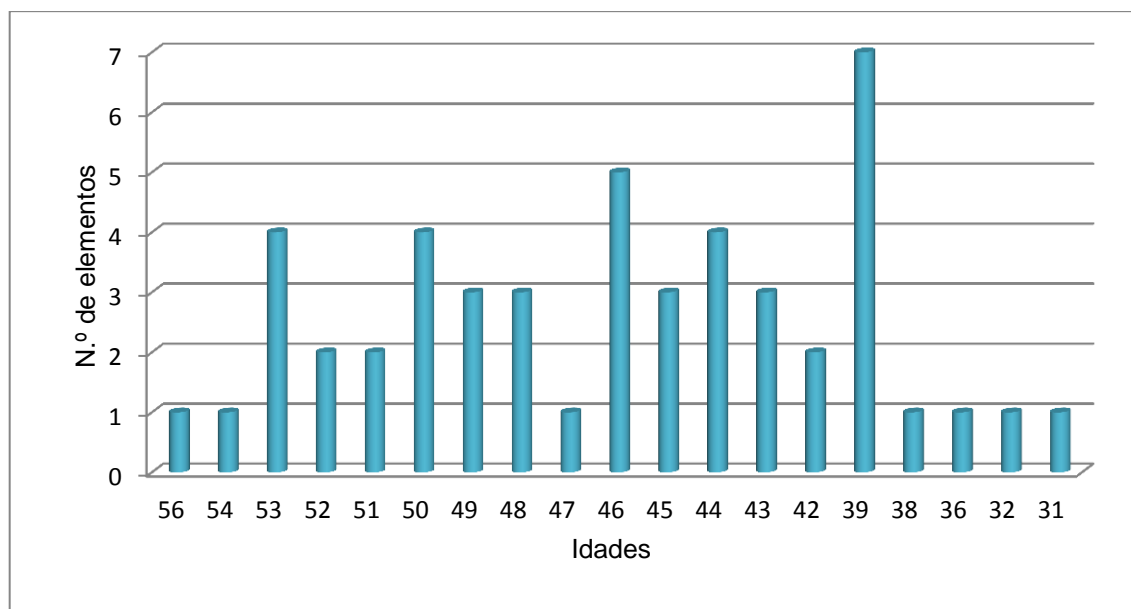


Gráfico 3: Idades do efetivo

O gráfico 4 revela que a maioria dos elementos (80%) desempenha serviço operacional. Apenas 20% dos polícias estudados desempenham funções de apoio à atividade operacional.

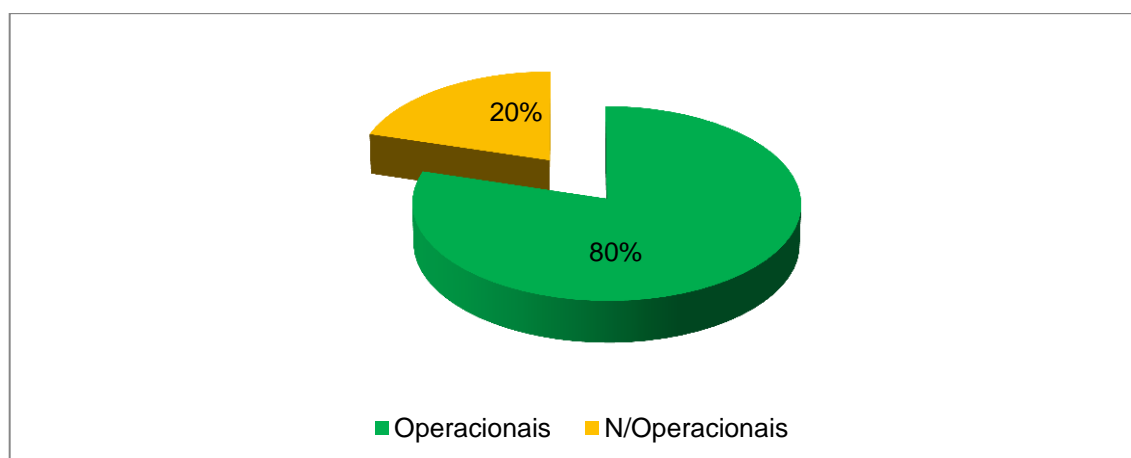


Gráfico 4: Elementos policiais quanto ao serviço

Através do gráfico 5 podemos constatar que as divisões de Vila Nova de Gaia e de Investigação Criminal, com sete elementos cada e a 3ª. Divisão com seis são as subunidades mais representadas neste estudo.

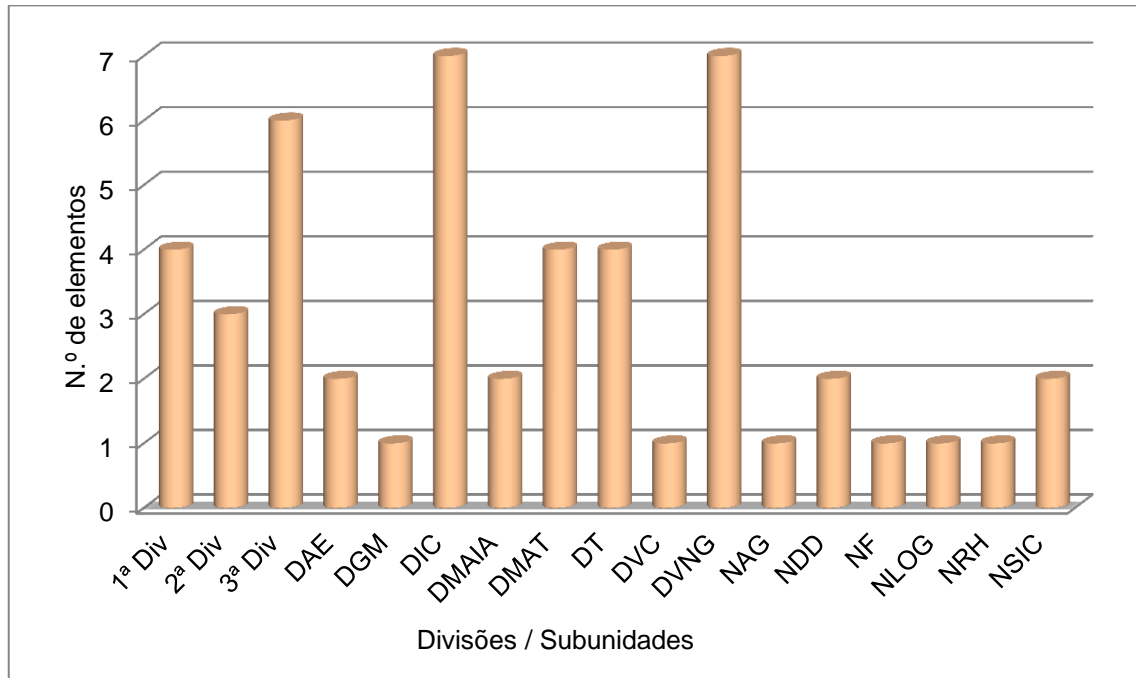


Gráfico 5: Elementos policiais por Divisão/Subunidade

O gráfico 6 evidencia a variação das modalidades de tiro e da avaliação final, dos oficiais, desde 2010 (ano em que o PFT entrou em vigor) até 2013. Perante estes dados podemos dizer que foi na modalidade de tiro de reação policial onde se verificou a maior progressão. No plano oposto aparece a modalidade de tiro de precisão, com menor progressão. Os dados demonstram claramente que, com a exceção do tiro de reação policial e do tiro de precisão, o tiro para áreas corporais selecionadas e a avaliação final, melhoraram até ao ano de 2012. Todavia, de 2011 para 2013 ocorreu uma ligeira regressão nos resultados obtidos na modalidade de tiro de precisão e a partir de 2012 para a modalidade de tiro para as áreas corporais selecionadas, refletindo-se na avaliação final.

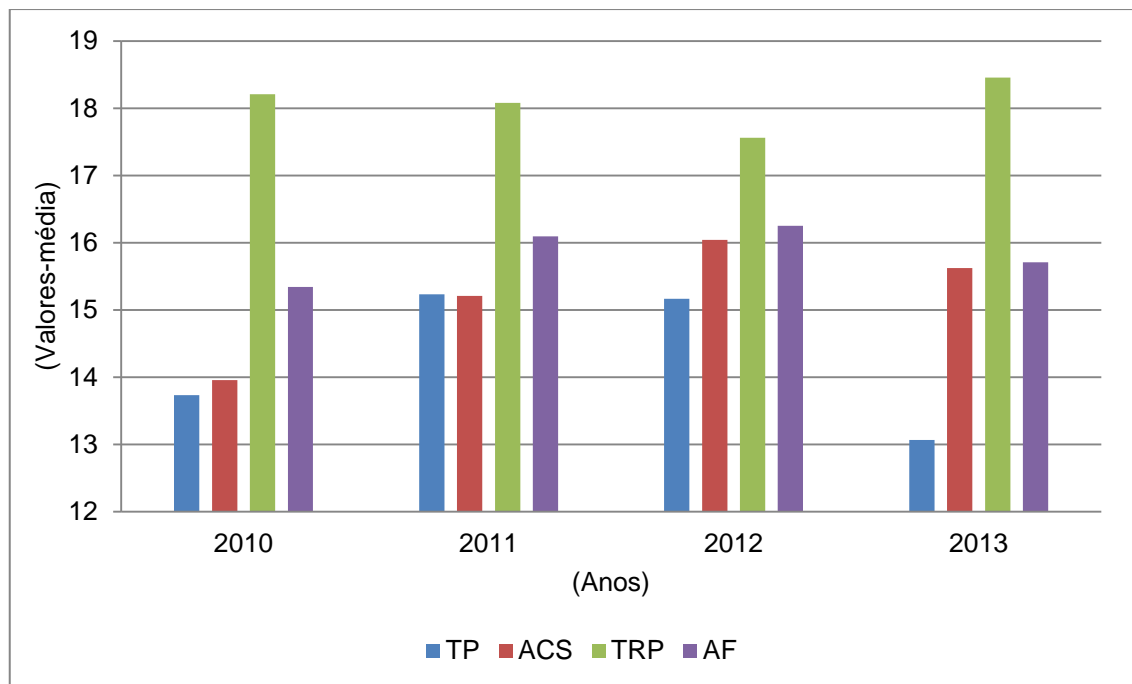


Gráfico 6: Variação do tiro de precisão (TP), áreas corporais seleccionadas (ACS), tiro de reação policial (TRP) e avaliação final (AF) dos oficiais.

O gráfico 7 mostra a variação nas modalidades de tiro e da avaliação final dos chefes, desde 2010 até 2013. Constatamos que há uma evolução no tiro de reação policial, atingindo o valor mais alto no ano de 2013. A partir de 2011 os resultados do tiro de precisão têm vindo a baixar, obtendo-se em 2013 valores mais baixos do que em 2010. Relativamente ao tiro para áreas corporais seleccionadas e avaliação final, quase que se mantêm ao mesmo nível, diminuindo, ainda que pouco, no ano de 2013.

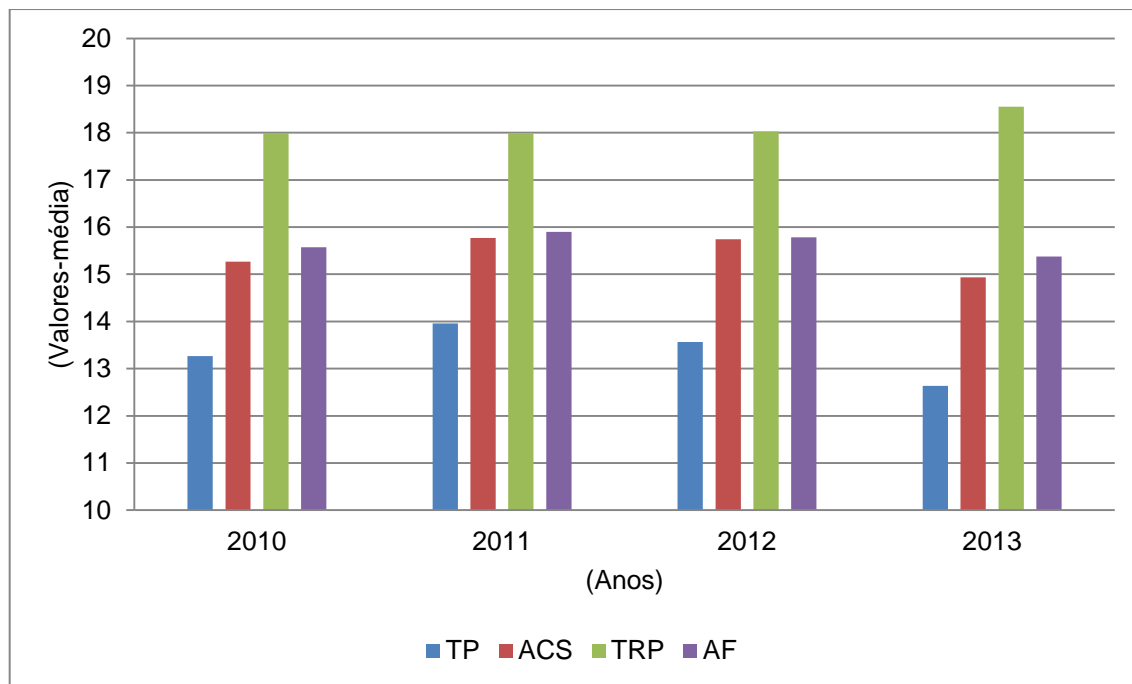


Gráfico 7: Variação do tiro de precisão (TP), áreas corporais seleccionadas (ACS), tiro de reação policial (TRP) e avaliação final (AF) dos chefes.

No gráfico 8 podemos observar a variação da avaliação final dos oficiais e dos chefes. Verificamos que em 2010 os chefes obtiveram um valor superior aos oficiais e que não conseguiram manter essa ascendência nos anos seguintes. Os oficiais progrediram até 2012, regredindo em 2013. Ainda assim em 2013 atingiram uma média superior à dos chefes. Enquanto os oficiais progrediram até ao ano de 2012, os chefes, desde o ano de 2011, regrediram sempre.

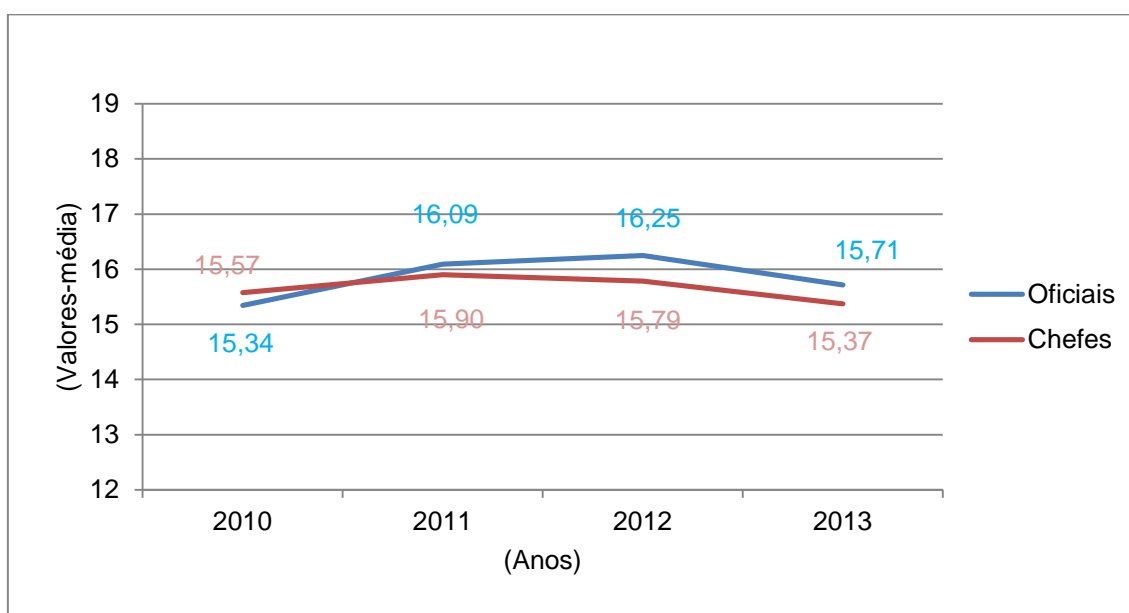


Gráfico 8: Variação da avaliação final (AF)

O gráfico 9 permite-nos verificar a variação dos resultados da certificação de tiro entre os anos de 2011 e 2013. Nas duas carreiras estudadas (oficiais e chefes) apurámos que os valores, ainda que de forma muito reduzida, decresceram sempre. Notamos, também, que os resultados dos oficiais foram superiores aos dos chefes, embora separados por valores diminutos.

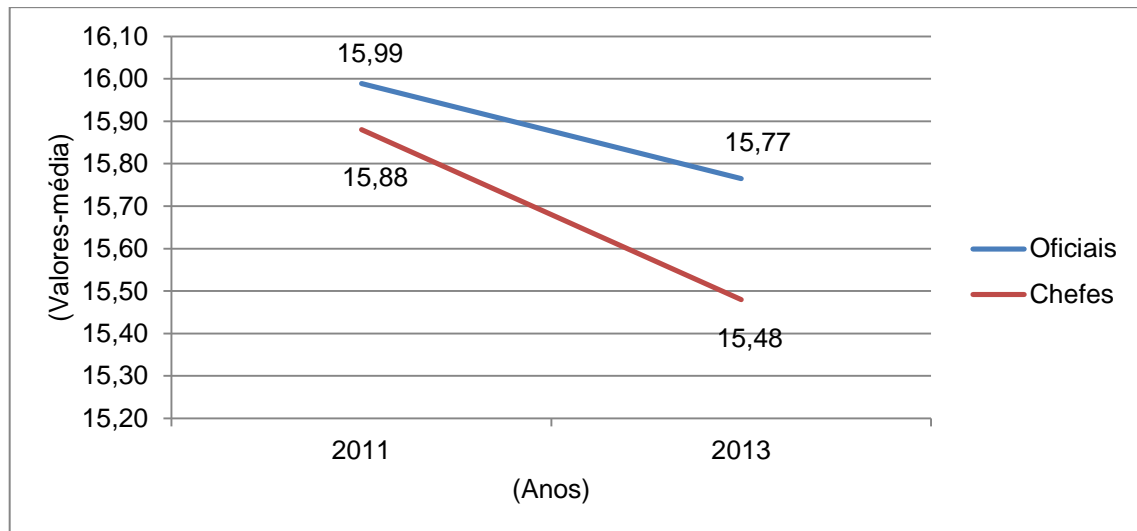


Gráfico 9: Variação da certificação de tiro

O gráfico 10 reflete os valores médios obtidos no teste escrito, pelos oficiais e chefes, nos dois anos de certificação. Em ambos os casos verificou-se uma melhoria dos resultados. Também neste item os oficiais obtiveram um valor superior ao dos chefes.

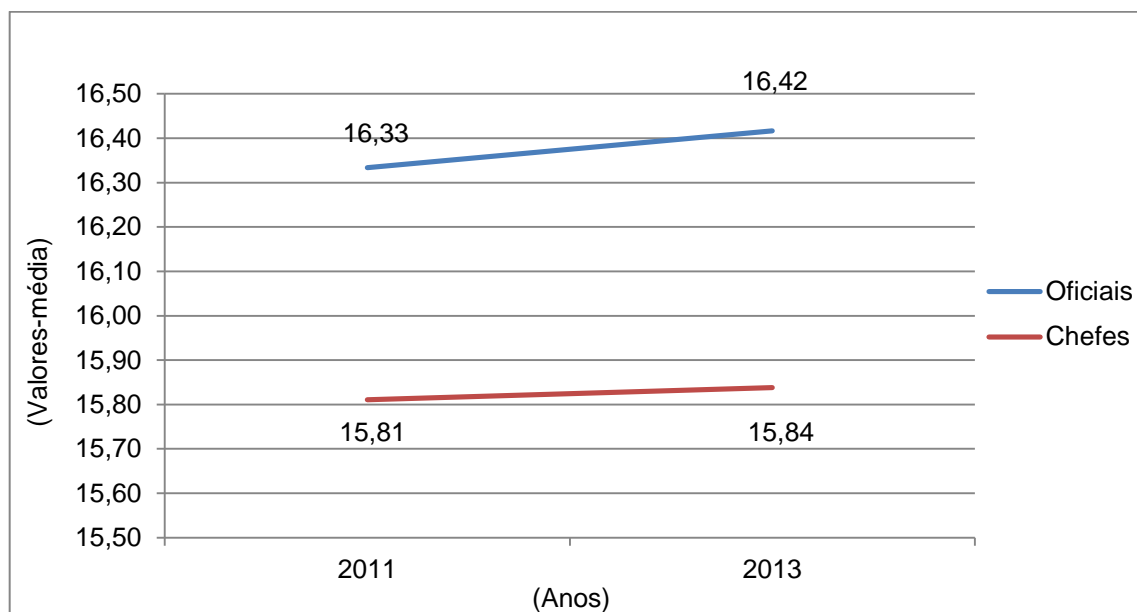


Gráfico 10: Variação do teste escrito

No gráfico 11 estão plasmadas a média e a moda dos testes escritos das duas categorias. O aumento da média traduziu-se em valores que não são significativos, enquanto a moda obteve um valor a mais no ano de 2013.

No apêndice 4 estão vertidos os valores referentes à média, dos anos de 2010 a 2013, do tiro de precisão, do tiro para áreas corporais selecionadas, do tiro de reação policial e da avaliação final.

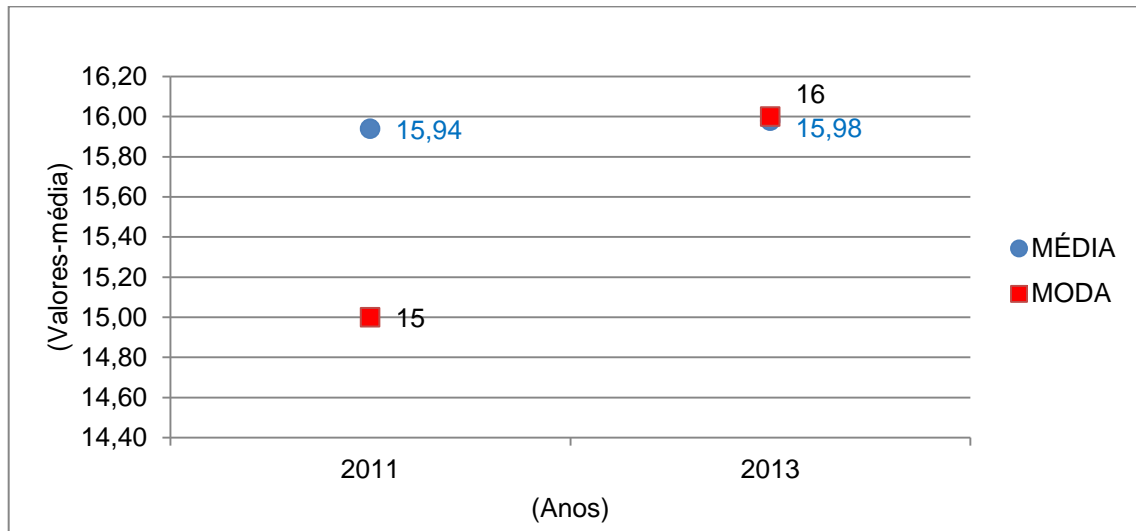


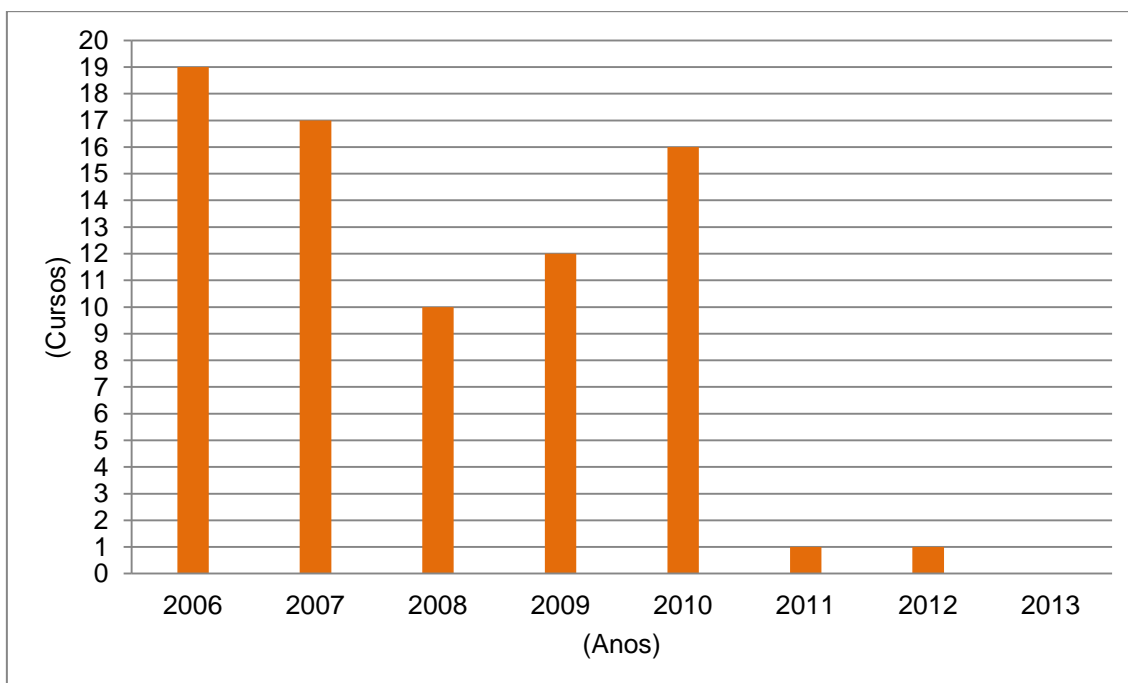
Gráfico 11: Variação da média e da moda dos testes escritos.

No COMETPOR só foi/é possível fazer tiro em dois locais: carreira de tiro aberta em Fervença (Barcelos) ou em Braga e na carreira de tiro móvel (CTM) da PSP. O quadro 1 é representativo dos locais onde, desde 2010 até 2013, os elementos estudados fizeram formação de tiro. Pelos dados obtidos verificamos que há uma maior discrepância entre os chefes e que, desde 2010 que tem diminuído a formação ministrada na CTM.

	OFICIAIS		CHEFES	
	CTM	Aberta	CTM	Aberta
2010	6	6	21	16
2011	3	9	13	24
2012	5	7	10	27
2013	5	7	11	26

Quadro 1: Local onde foi realizada a formação

O quadro 2 mostra o número de cursos de técnicas de intervenção policial (CTIP) ministrados no COMETPOR, entre 2006 e 2013. Perante estes dados constatamos que o CTIP tem vindo a diminuir de uma forma drástica, sendo ministrados apenas dois cursos entre 2011 e 2013.



Quadro 2: Cursos de Técnicas de Intervenção Policial (CTIP) no COMETPOR

3.7 SÍNTESE

Neste capítulo depois de descrevermos a metodologia, de caracterizarmos o Universo e de calcularmos a amostra fizemos uma análise dos resultados recorrendo aos gráficos apresentados. Fazendo uma leitura muito superficial constatamos que a modalidade de tiro de reação policial é a que obtém maiores valores, enquanto a modalidade de tiro de precisão apresenta no ano de 2013 os resultados mais baixos dos quatro anos do estudo.

Apresentamos um quadro com os locais onde foi ministrada a formação do tiro policial (CTM ou carreira de tiro aberta) e um quadro com o número de cursos TIP ministrados no COMETPOR.

CAPÍTULO 4

CONCLUSÕES

4.1 INTRODUÇÃO

Neste último capítulo pretendemos dar resposta à questão da investigação, verificar (ou não) a hipótese formulada, bem como analisar o grau de cumprimento dos objetivos apontados. Expomos igualmente as conclusões do estudo e apresentamos as propostas para que seja dado maior relevo a este assunto. Seguidamente revelamos as limitações e dificuldades com que nos deparamos na elaboração deste relatório. Por fim propomos, no âmbito desta temática e para investigações futuras, o alargamento do objeto de estudo a todo o COMETPOR.

4.2 VERIFICAÇÃO DA HIPÓTESE

A hipótese considerada no Capítulo 1 foi a seguinte: “O Plano de Formação de Tiro é eficaz?”

Quando falámos em eficácia referimo-nos à obtenção de determinados resultados esperados. O que pretendemos com este estudo é saber se o PFT serve, ou não, para o cumprimento dos objetivos da PSP, nesta área de formação. Perante os resultados obtidos podemos dizer que a hipótese foi parcialmente verificada, uma vez que os valores obtidos pelos oficiais, no que toca às diversas modalidades de tiro e avaliação final, com exceção do tiro de reação policial, aumentaram até 2012 e diminuíram em 2013. Por seu turno, os valores obtidos pelos chefes aumentaram até 2011, invertendo essa tendência até 2013. Como podemos constatar, em ambas as categorias, os resultados da certificação de tiro também diminuíram entre o ano de 2011 e 2013.

4.3 CONFIRMAÇÃO DOS OBJETIVOS

O nosso estudo tinha como objetivo geral o seguinte:

Verificar se a aplicação do Plano de Formação de Tiro, no Comando Metropolitano do Porto, contribuiu para a melhoria dos resultados obtidos pelo seu efetivo.

Assim, tendo em conta os valores obtidos, verificamos que os resultados obtidos em 2013 são inferiores aos obtidos em 2012, com exceção do tiro de reação policial e do teste escrito. Por conseguinte, podemos dizer que o PFT contribui, parcialmente, para a melhoria dos resultados do efetivo.

No que concerne aos objetivos específicos e de acordo com os resultados verificados pode dizer-se que os mesmos foram atingidos, ou seja, houve uma variação dos resultados, em todas as modalidades de tiro, teste escrito, certificação de tiro e avaliação final.

4.4 RESPOSTA À QUESTÃO DA INVESTIGAÇÃO

Qual a variação dos resultados obtidos pelos polícias no âmbito do Plano de Formação de Tiro da PSP, desde a sua entrada em vigor?

Tendo em conta os dados recolhidos constatamos que, nas categorias de oficiais e chefes do COMETPOR, desde que o PFT entrou em vigor, verificou-se uma moderada variação nas diferentes modalidades de tiro, bem como na avaliação final, teste escrito e certificação de tiro. Com exceção do tiro de reação policial, cujos resultados progrediram até 2013, o tiro de precisão obteve o seu valor mais baixo no ano de 2013. Ao longo dos quatro anos por nós estudados registaram-se ligeiras oscilações nos resultados globais obtidos. Nas conclusões finais apresentamos os valores das variações dos resultados obtidos pelos polícias no âmbito do PFT.

4.5 CONCLUSÕES FINAIS

O PFT entrou em vigor no ano de 2010 e desde então têm-se verificado variações nos resultados finais obtidos, pelo pessoal das carreiras de oficiais e de chefes do

COMETPOR. A amostra refletiu, maioritariamente, o género masculino, contabilizando 90% dos inquiridos (Gráfico 1). A categoria de chefes foi a mais representada, obtendo 76% das fichas analisadas (Gráfico 2). A faixa etária dos elementos policiais estudados foi bastante abrangente, balizando-se entre os 31 e os 56 anos. Porém, as idades que assumem um maior peso neste estudo são as de 39 e 46 anos, com, respetivamente, sete e cinco elementos policiais (Gráfico 3). Verificámos que 80% do efetivo analisado desempenhava funções operacionais e 20% funções de apoio à atividade operacional (Gráfico 4). As divisões policiais que contribuíram com maior número de indivíduos foram a de Vila Nova de Gaia e de Investigação Criminal, com sete elementos, e a 3ª. Divisão Policial, com seis (Gráfico 5). No Gráfico 6 são visíveis as variações registadas nos resultados dos oficiais, relativamente ao tiro de precisão, tiro para áreas corporais seleccionadas, tiro de reação policial e a avaliação final. Assim, tendo em conta os objetivos específicos que foram mencionados no Capítulo 1 e depois de constatarmos que houve uma variação, passamos a enunciar as conclusões do estudo:

- Os resultados do tiro de precisão atingiram os valores mais altos em 2011, diminuindo até ao ano de 2013;
- Os resultados do tiro para áreas corporais seleccionadas aumentaram até ao ano de 2012, diminuindo, ligeiramente em 2013;
- O tiro de reação policial foi a modalidade de tiro que registou os valores mais elevados, em todos os anos estudados. Porém, entre 2010 e 2012 verificou-se uma tendência regressiva, atingindo-se o valor mais baixo de que há registo. Não obstante, no ano de 2013, ano de certificação, foi a modalidade de tiro que melhores resultados alcançou;
- A avaliação final é obtida através do somatório das três modalidades de tiro, dividido por três. Na carreira de oficiais os resultados obtidos na avaliação final aumentaram até ao ano de 2012, quando atingiram o seu ponto mais elevado, diminuindo no ano de 2013;
- O teste escrito faz parte da certificação de tiro e realizou-se nos anos de 2011 e 2013. Através do Gráfico 10 podemos constatar que houve uma progressão nos resultados, atingindo-se uma média de 16,42 em 2013.

- No que diz respeito à certificação de tiro, verificamos que nesta avaliação bienal houve uma ligeira diminuição dos valores finais, obtendo-se, em 2013, uma média de 15,77 (Gráfico 9).

O Gráfico 7 demonstra a variação dos resultados obtidos pelos chefes, relativamente ao tiro de precisão, tiro para áreas corporais selecionadas, tiro de reação policial e avaliação final. Tendo em conta os objetivos específicos propostos no Capítulo 1 e verificada a sua variação, aferimos o seguinte:

- Os resultados do tiro de precisão aumentaram até ao ano de 2011, invertendo essa tendência até 2013, obtendo-se neste ano o valor mais baixo de que há registo;
- Os resultados do tiro para áreas corporais selecionadas atingiram o seu auge em 2011, verificando-se uma diminuição progressiva até 2013;
- O tiro de reação policial, à semelhança do verificado para os oficiais, foi a modalidade de tiro que obteve, anualmente, os valores mais elevados. No caso dos chefes os valores mantiveram-se constantes até ao ano de 2012, aumentando no ano de 2013;
- Os resultados do teste escrito progrediram no ano de 2013, ainda que de forma residual (Gráfico 10);
- O Gráfico 9, relativo à certificação de tiro, mostra que também os resultados dos valores finais, obtidos pelos chefes, decresceram ligeiramente, registando-se uma média de 15,48.

Ainda relativamente ao teste escrito, como podemos observar no Gráfico 11, os valores da média e da moda aumentaram no ano de 2013, sendo, à semelhança do tiro de reação policial, os únicos itens que registaram valores mais elevados no último ano do estudo.

Poder-se-á especular sobre as razões que estão na base deste decréscimo dos resultados obtidos. Será que há uma relação direta entre a forte quebra dos cursos de TIP ministrados e o decréscimo dos valores finais obtidos no ano de 2013 (Quadro 2)? Porventura, num estudo futuro, esta seria uma pergunta a ter em conta na aplicação de um questionário à amostra definida.

Por outro lado, alguns formandos comentaram ser mais difícil obter melhores resultados na CTM do que nas carreiras de tiro abertas. No entanto, a análise dos dados recolhidos (Quadro 1) contraria esta afirmação uma vez que quando

ocorreu uma redução da formação ministrada na CTM verificou-se o decréscimo dos resultados obtidos.

A experiência do relator (enquanto formador de TIP) e a troca de experiências com outros formadores na mesma área levam-nos a afirmar que aparentemente ocorreu um efeito de acomodação por parte dos formandos e a sua perceção de que bastava obter classificação positiva para assegurar a certificação de tiro. No primeiro ano de implementação do PFT o efetivo estava preocupado em obter os melhores resultados possíveis, receando as consequências concretas associadas à não superação do processo de certificação. Depois dos formandos constatarem que era fácil alcançar nota positiva e de que não existiam benefícios concretos que recompensassem a obtenção de resultados excelentes, aparentemente assistiu-se a uma postura orientada para a suficiência, que poderá explicar a quebra nos resultados registados. Aparentemente a generalidade dos elementos policiais estão preocupados em manter a distribuição e porte da arma de fogo de serviço, temendo as consequências concretas e penalizadoras provocadas pela não certificação – basicamente a retirada da arma de serviço origina que os polícias fiquem impedidos do desempenho de funções operacionais com a consequente impossibilidade de perceção de um conjunto variado de suplementos remuneratórios. A penalização pela não certificação é bastante elevada, uma vez que os elementos policiais deixam de auferir do suplemento de turno, do suplemento de patrulha e de poderem ser escalados para o desempenho dos designados serviços remunerados. Tendo em conta a média mensal por serviço remunerado que cada elemento policial recebe (cerca de 270 euros) e o valor dos suplementos já mencionados, a penalização resultante da não certificação pode ascender a 480 euros mensais. Os valores mensais dos suplementos de turno e de patrulha estão definidos no Decreto-Lei nº. 299/2009 de 14 de outubro, que aprova o estatuto do pessoal policial da PSP.

Creemos que a formação de tiro e a certificação a ela associada deveriam ser mais valorizadas na carreira profissional dos polícias, nomeadamente nos concursos de promoção e no acesso aos diversos cursos de especialização ministrados na PSP.

4.6 PROPOSTAS/SUGESTÕES

Na PSP um dos pré-requisitos para o recrutamento em categoria superior é a “obtenção da pontuação mínima em provas de avaliação de tiro policial, nos 24 meses anteriores” (Interna M. d., 2009). Ao escrever-se “pontuação mínima” estamos a colocar a exigência em valores modestos, quando, em nosso entender, o candidato deveria ser tanto mais valorizado quanto maior fosse a pontuação por ele obtida, reforçando assim a motivação para alcançar a excelência de resultados. Desta forma estaríamos a dar maior relevo à certificação de tiro, contribuindo para que o efetivo apresentasse maiores índices de motivação, com vista a atingirem os melhores resultados possíveis.

Por outro lado cremos que o tiro em seco, como já foi abordado no Capítulo 2, é uma mais-valia para o treino de tiro policial. Assim somos da opinião de que em todas as subunidades deviam existir locais bem definidos², com equipamentos adequados com condições de segurança para proceder às manobras de segurança e inspeção às armas de fogo (especialmente no referente à execução do respetivo disparo de segurança). Assim seria possível que os polícias, no início e no final de cada turno de serviço, manuseassem assiduamente a arma de fogo que têm distribuída, permitindo igualmente aos superiores hierárquicos (e ao próprio portador) supervisionar o estado de manutenção e operacionalidade da mesma. Adicionalmente seria possível, sob a supervisão de formadores qualificados, praticar o tiro em seco com o intuito de familiarizar os profissionais com os diversos gestos técnicos que se impõem no porte e uso da arma de fogo. Seria mais uma oportunidade para que os elementos policiais colocassem em prática os conhecimentos adquiridos na formação de tiro policial. Não devemos esquecer que “uma das regras basilares deste procedimento é que as armas são sempre voltadas para uma zona limpa e segura, isto é, para um espaço que assegure que, caso haja um disparo, ninguém nem nada venha a ser atingido” (Rodrigues, Colaço, Moreira, & Magalhães, 2007).

² Como foi sugerido no Relatório sobre o Estudo de balística terminal: dispositivo para procedimentos individuais de segurança, elaborado por formadores em TIP do Núcleo de Formação do Comando Metropolitano do Porto, em 2007.

4.7 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO

Neste estudo encontrámos algumas limitações. Uma das restrições com que nos deparámos está relacionada com o facto de não existir uma base de dados informática acessível, pelo menos, aos formadores que pertencem aos núcleos de formação dos comandos territoriais. Não é aceitável que apenas dois elementos do Departamento de Formação da Direção Nacional da PSP tenham acesso a estes dados. O acesso deveria ser permitido a todos os formadores da área do tiro policial, devidamente credenciados e atualizados, para que pudessem ser extraídos, de forma rápida e automatizada, diversos tipos de informação, nomeadamente a nível de comando, divisão, esquadra, por categorias hierárquicas e, por fim, por elemento policial. Desta forma seria possível aos formadores compararem o desempenho dos seus formandos com os formandos de outras subunidades e analisar o percurso do desempenho de cada atirador, de forma a poder adaptar a formação ministrada, eventualmente reforçando a sua atenção sobre as modalidades de tiro em que se verificassem as maiores dificuldades por parte dos formandos. Uma outra condicionante verificada e relacionada com a anterior diz respeito ao limite temporal para a realização deste relatório, acrescido da enorme dificuldade na recolha de dados, o que condicionou a investigação a uma pequena parte do universo do COMETPOR.

4.8 INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Este relatório deve ser visto como o ponto de partida para uma investigação alargada e profunda ao COMETPOR e, eventualmente, a todo o efetivo da PSP, na área da formação de tiro policial. Dadas as limitações referidas não foi possível estudar a variação dos agentes, o que certamente traria uma visão mais precisa e concreta sobre as variações dos resultados atingidos. Salvo algumas exceções, os valores de 2013 foram inferiores aos de 2012. Assim, seria importante fazer um estudo sobre as razões que levaram ao decréscimo de resultados verificado no ano 2013, perceber o que está na base desta diminuição, com vista a melhorar o PFT.

Está em fase de apreciação/estudo na PSP, um protótipo de sistema de treino de tiro de armas de fogo em ambiente de simulação. É um projeto-piloto resultante

de uma parceria entre a PSP e a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, que visa completar o treino de tiro com armas de fogo. Este projeto de custo reduzido visa a aproximação da formação ao efetivo. É um simulador que procura reproduzir fielmente o PFT, podendo ser usado em praticamente qualquer sala de formação. Neste sistema são usados os mesmos alvos, as mesmas armas de fogo e as mesmas distâncias do PFT, sendo o ponto de impacto designado por um laser acionado pelo acionamento do gatilho. Caso este projeto seja implementado, constituirá um interessante alvo de um estudo que vise determinar as suas potencialidades e o seu impacto nos resultados obtidos na carreira de tiro, com tiro real.

BIBLIOGRAFIA

- Borges, F. M. (24 de Abril de 2013). O Perfil de Competências do Comandante de Esquadra: Gestor ou Líder? *O Perfil de Competências do Comandante de Esquadra: Gestor ou Líder?*, 5. Lisboa, Portugal: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Carvalho, M. M. (2012). *Da formação na PSP à realidade policial: Estudo exploratório sobre a utilização de meios coercivos de elevada potencialidade letal*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Cruz, J. (1998). *Formação Profissional em Portugal - do Levantamento de Necessidades à Avaliação*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Diaz, C. (2003). O uso de armas de fogo pelos agentes policiais. In I.-G. d. Interna, *O uso de armas de fogo por agentes policiais em França* (pp. 61-71). s.l: Inspeção-Geral da Administração Interna.
- Fernandez, L. P. (2003). O uso de armas de fogo pelos agentes policiais em Espanha. In I.-G. d. Interna, *O uso de armas de fogo pelos agentes policiais* (pp. 73-96). s.l: Inspeção-Geral da Administração Interna.
- Hill, M. M. (2012). *Investigação por Questionário*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Interna, I.-G. d. (2003). O uso de armas de fogo pelos agentes policiais. In C. Diaz, *O uso de armas de fogo pelos agentes policiais em França* (pp. 67-68). s.l: Inspeção-Geral da Administração Interna.
- Interna, M. d. (14 de outubro de 2009). Estatuto do Pessoal da PSP. *Decreto-Lei nº 299/2009 de 14 de outubro*. Lisboa, Portugal: Diário da República, 1ª. Série, n.º 199, 7708-7731.
- Leandro, A. A., Andrade, M. C., Antunes, M. A., Pereira, R. C., Tomás, R. A., Pereira, L. F., Almeida, F. M. (1997). *Relatório Final do Grupo de Avaliação do Ensino e dos Processos de Formação no Domínio das Forças e Serviços de Segurança*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.

- Melo, W. (27 de outubro de 2010). *Sobrevivência Policial*. Obtido de <https://sobrevivenciapolicial.blogspot.pt/2010/10/tiro-em-seco.html>
- PSP, C. G. (11 de Fevereiro de 1988). Plano de Anual de Tiro. *Plano Anual de Tiro*. Lisboa, Portugal: CG/PSP.
- PSP, D. N. (junho de 2004). Normas de Execução Permanente N.ºOPSEG/DEPOP/01/05. *Limites ao uso de meios coercivos*. Lisboa: DN/PSP.
- Pública, D. N. (14 de Dezembro de 2009). Plano de Formação de Tiro. *Plano de Formação de Tiro*, 1-51. Lisboa, Portugal: Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública.
- República, A. d. (31 de Agosto de 2007). A Orgânica da Polícia de Segurança Pública. *A Orgânica da Polícia de Segurança Pública*, 6065-6074. Lisboa, Portugal: Assembleia da República.
- Rodrigues, E., Colaço, P., Moreira, M., & Magalhães, J. (2007). *Estudo de Balística Terminal: Dispositivo para procedimentos individuais de segurança*. Porto: Policopiado.
- Rodrigues, M. (2000). *A Avaliação da Eficácia da Formação*. Lisboa: ISCPSI.
- Sarmiento, M. (2013). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Soares, M., Pereira, R., Cruz, M., Carvalho, C., & Leal, C. (1998). *Formação a Distância nas Forças de Segurança*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.

APÊNDICES

APÊNDICES

Apêndice 1: Pedido de autorização para citar o Plano Anual de Tiro, O Plano de Formação de Tiro e a NEP nº. OPSEG/DEPOP/01/05 de 1 de junho de 2004.

Apêndice 2: Pedido de autorização para consultar as fichas individuais de tiro dos elementos do Comando Metropolitano do Porto, referentes aos anos de 2010 a 2013.

Apêndice 3: Ficha com os dados demográficos do elemento policial.

Apêndice 4: Média das modalidades de tiro.

Apêndice 1

Pedido de autorização para citar o Plano Anual de Tiro, O Plano de Formação de Tiro e a NEP nº. OPSEG/DEPOP/01/05 de 1 de junho de 2004.

Excelentíssimo Senhor

Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública

Eu, **Pedro Osório Dias Colaço, Comissário** n.º 146195, a frequentar o 1.º Curso de Comando e Direção Policial (1CCDP), no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, venho por este meio, *mui* respeitosamente, requerer a V. Exa. autorização para citar **o Plano Anual de Tiro, o Plano de Formação de Tiro e da NEP nº. OPSEG/DEPOP/01/05 de 1 de junho de 2004, Limites ao Uso de Meios Coercivos**, no “Relatório Final” daquele 1CCDP, a fim de desenvolver o tema “O Sistema Formativo na PSP: O Plano de Formação de Tiro”.

Com os melhores cumprimentos

Lisboa, 10 de novembro de 2014

O Impetrante

Pedro Osório Dias Colaço

Comissário

Apêndice 2

Pedido de autorização para consultar as fichas individuais de tiro dos elementos do Comando Metropolitano do Porto, referentes aos anos de 2010 a 2013.

Excelentíssimo Senhor

Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública

Eu, **Pedro Osório Dias Colaço, Comissário** n.º 146195, a frequentar o 1.º Curso de Comando e Direção Policial (1CCDP), no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, venho por este meio, *mui* respeitosamente, requerer a V. Exa. autorização para consultar **as fichas individuais de tiro dos elementos do Comando Metropolitano do Porto, referentes aos anos de 2010 a 2013, inclusive**, para “Relatório Final” daquele 1CCDP, a fim de desenvolver o tema “O Sistema Formativo na PSP: O Plano de Formação de Tiro”.

Com os melhores cumprimentos

Lisboa, 10 de novembro de 2014

O Impetrante

Pedro Osório Dias Colaço

Comissário

Apêndice 3

Ficha com os dados demográficos do elemento policial

DADOS DEMOGRÁFICOS DO ELEMENTO POLICIAL1. **Sexo:** ☐ M ☐ F2. **Idade:** _____anos3. **Categoria**☐ Oficial☐ Chefe☐ Agente4. **Serviço**☐ Operacional☐ Não operacional5. **Divisão/Subunidade:** _____6. **Arma de fogo distribuída/Marca:** _____7. **Avaliação Final/Valores****Tiro de Precisão**

2010	2011	2012	2013

Tiro para áreas corporais seleccionadas

2010	2011	2012	2013

Tiro reação policial

2010	2011	2012	2013

Avaliação final

2010	2011	2012	2013

Carreira de Tiro

2010	2011	2012	2013

Teste escrito

2011	2013

Certificação de Tiro

2011	2013

Apêndice 4

Média das modalidades de tiro

Média das modalidades de tiro

Dados referentes à média do tiro de precisão, tiro para áreas corporais seleccionadas, tiro de reacção policial e avaliação final, dos oficiais e chefes do CMP, entre os anos de 2010 e 2013.

	TP	ACS	TRP	AF
2010	13,38	14,95	18,05	15,52
2011	14,27	15,63	18,01	15,95
2012	13,96	15,82	17,91	15,90
2013	12,74	15,10	18,53	15,46